

RECURSO ESPECIAL Nº 1.738.292 - RS (2018/0100558-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
RECORRIDO : **L M DE A**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela unidade federativa.

Consta dos autos que o ora recorrido foi denunciado, pronunciado e condenado, como incurso no art. 121, §§ 2º, incisos IV e V, § 2º-A, inciso I, do Código Penal, à pena de 17 anos de reclusão em regime inicial fechado (e-STJ fl. 602/604).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, tendo a Corte de origem anulado o julgamento do Tribunal do Júri, ao entendimento de nulidade posterior à pronúncia, e determinado a remessa dos autos à origem para a renovação do julgamento, prejudicando as demais teses do apelo. O acórdão foi assim ementado:

APELAÇÃO. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES POSTERIORES À DECISÃO DE PRONÚNCIA. RECONHECIMENTO.

1. Na espécie, ainda que os documentos juntados pelo Ministério Público tenham aportado aos autos dentro do prazo legal previsto no artigo 479 do Código de Processo Penal, impositivo o acolhimento da alegação de nulidade, na medida em que evidente o prejuízo ao acusado. A leitura dos boletins de ocorrência e antecedentes criminais do acusado, inclusive com a leitura de decisões proferidas em medidas protetivas em desfavor do recorrente em feitos diversos, no caso, pode ser considerada como influencia negativa sobre os jurados, pois se assim não o fosse não teria sido juntada e lida/avocada em sessão plenária. A postura adotada em plenário revela o nítido propósito de macular a imagem do acusado pelo suposto envolvimento com outros ilícitos criminais, o que configura o conhecido direito penal do autor. A referência e a leitura de peças de expedientes criminais que apuram fatos diversos, que em nada ajudam a elucidar a controvérsia destes autos, exsurge manifesto prejuízo à defesa, diante da possibilidade concreta de que tais declarações possam, efetivamente, ter

influenciado no julgamento proferido pelo Conselho de Sentença.

2. No caso, embora consignada na ata da sessão de julgamento a inconformidade da defesa quanto à menção da dissimulação como caracterizadora do recurso que dificultou a defesa da vítima, percebe-se que o representante do órgão ministerial explanou aos senhores jurados que o recurso que dificultou a defesa da vítima era gênero e a dissimulação espécie, em conjunto com a traição e outras previstas no inciso IV do § 2º do artigo 121 do Código Penal. Além do mais, não se mostra possível a anulação do júri em razão de expressão que sequer consta de quesito formulado aos jurados. Nulidade não verificada.

3. Não sobrevindo aos autos quaisquer fatos novos que pudessem justificar a revogação da prisão preventiva, devidamente fundamentada pelo juízo de origem, esta se mostra cabível. Manutenção da segregação cautelar.

NULIDADES ACOLHIDAS EM PARTE, POR MAIORIA.
DECLARADO NULO O JULGAMENTO, POR MAIORIA.

Daí a interposição deste recurso especial, no qual o MP alega negativa de vigência aos arts. 478, inciso I, e 593, inciso III, alínea "a", ambos do Código de Processo Penal, ao argumento de que o CPP estabelece rol taxativo de argumentos de autoridade, cuja menção pelas partes é vedada, durante o julgamento pelo Tribunal do Júri, nele não se inserindo a menção do histórico delitivo do acusado.

Contrarrazões às e-STJ fls. 685/692.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e provimento do recurso especial (e-STJ fls. 726/730).

É o relatório.

Decido.

O apelo extremo deve ser conhecido já que preenche todos os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade do recurso.

Ademais, a tese recursal comporta provimento, visto que o entendimento da Corte de origem confronta com a jurisprudência do STJ acerca do tema.

De fato, da análise dos autos, observa-se que o Tribunal de Justiça de origem acolheu a nulidade posterior à pronúncia, com base na seguinte argumentação (e-STJ

fls. 653/657):

Nulidades posteriores à pronúncia.

Nas razões, a defesa postula a declaração de nulidade do feito em momento posterior à pronúncia, pois o órgão ministerial procedeu à leitura, durante a sessão de julgamento, dos registros policiais e judiciais em nome do acusado, pela divulgação de decisão de pronúncia proferida em desfavor do réu em processo diverso, bem como pela referência à dissimulação como elemento caracterizador do emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima, circunstâncias não descrita na peça acusatória, o que viola o direito à ampla defesa do recorrente.

Inicialmente, como forma de aclarar o cerne da controvérsia, transcrevo os termos dos incidentes da ata de sessão de julgamento:

[...]

13. INCIDENTES - Arts. 495,XV, do Código de Processo Penal

A imprensa esteve presente e, após solicitação, foi autorizado pelo juízo que obtivesse informações acerca do processo, excepcionado o prontuário médico da vítima.

A defesa fez o seguinte registro, referente à exposição do MP em debates: "Que a Defesa Pública impugna a sustentação oral acusatória feita pelo Ministério Público, entendendo que utilizou de argumento de autoridade no que tange aos registros policiais e judiciais do acusado, inclusive sustentando que são fatos provados nos autos, motivo pela qual entende a presença de causa de nulidade em Plenário". Pelo MP: "foi dito que, realmente, foram lidos os registros policiais e as decisões judiciais que constam nos autos, salvo às referentes à pronúncia e a confirmação desta sobre o fato ora em julgamento, tendo sido dito expressamente que se tratam de registros policiais e decisões judiciais em medidas protetivas ou outro processo que responde o réu (neste último caso foi dito que a decisão pende de recurso e pode ser modificada). A juntada deles não foi objeto de impugnação pela defesa. Não há proibição alguma em ler tais documentos, conforme se pode ver do art. 478 do CPP. Não se fez menção de que houve trânsito em julgado dos fatos noticiados.

Ademais, a defesa, se quiser, pode esclarecer melhor, pois para isto servem os debates. Destaco que, em inúmeros outros julgamentos, a defesa também leu os registros contra as vítimas da mesma forma que hoje o MP fez a leitura ou menção a eles. Portanto, inexistente nulidade alguma." Pelo juiz: "considero não ser atribuição do juiz de primeiro grau a análise de pedido de declaração de nulidade em decorrência de fala nos debates, cabendo ao juiz apenas o registro do que foi dito. Compete ao TJ a análise de tal requerimento, em sede de eventual apelação. No caso concreto, os debates estão sendo gravados, de maneira que podem ser ouvidos por quem tiver interesse."

A defesa fez o seguinte registro, em relação à manifestação do MP em réplica: "Que o Ministério Público, na réplica, sustentou expressamente a existência do recurso que dificultou/impossibilitou a defesa da vítima em razão da existência de DISSIMULAÇÃO, circunstância esta não descrita na denúncia/pronúncia e da qual o acusado não teve o direito de se defender nos autos, pelo que se

evidencia excesso de acusação e evidente prejuízo ao direito de ampla defesa do acusado, causa de nulidade do julgamento". Pelo MP: "tal como na primeira fala, o MP, na réplica, explicou que o recurso que dificultou a defesa é uma espécie de gênero do qual são espécies/exemplos a dissimulação, a traição, entre outras previstas no art. 121, §2º, IV, do CP. Por isso, demonstrou-se que algumas das condutas do réu se assemelhavam à dissimulação (estava com a faca sem mostrá-la, ou seja, escondendo a real intenção homicida, e atacou a vítima de forma inesperada) e à traição/emboscada (atacou quando a vítima estava encurralada no banheiro). Fez-se isso sempre considerando e dizendo que a qualificadora era a do recurso que dificultou a defesa e, para demonstrar isso, se disse que algumas condutas do réu no caso se assemelhavam aos exemplos específicos do IV do §2º do art. 121 do CP. Na réplica, fez-se a leitura do quesito formulado pelo próprio Magistrado a respeito da qualificadora (quesito nº 06) e se pediu o acatamento dela pelos jurados, o que evidencia, indubitavelmente, que o MP requeria a condenação tal como consta na pronúncia e na quesitação do juízo, sem qualquer pedido, explícito ou implícito, de acatamento ou quesitação da qualificadora da dissimulação. Assim, nenhuma nulidade houve." Pelo juiz: "autorizei o registro, mas considero que não haja decisão do juiz de primeiro grau a ser tomada em relação ao seu conteúdo".

O MP pediu para fazer o seguinte registro em relação à sua fala em réplica: "no início da réplica, este Promotor explicitou que, na primeira fala, destacou que lia registros policiais e decisões em procedimentos de medidas protetivas, não tendo falado aos jurados que se tratava de casos/decisões transitadas em julgado contra o réu. Disse, também, reiterando, que as menções e leituras que fiz eram de registros policiais feitos por pessoas, a maioria pela vítima, e decisões judiciais em medidas protetivas. Quanto ao outro processo que o réu responde por crime contra a vida, reiterarei que a sentença de pronúncia (juntada aos autos e por mim parcialmente lida/referida) era alvo de recurso defensivo, o qual, caso provido, poderia ensejar a absolvição do réu. Gizo e reitero que, em nenhum momento, citei, li ou fiz menção da sentença de pronúncia e do Acórdão que a manteve do processo ora em julgamento." Pela defesa: "Em que pese o registro feito pelo Ministério Público, entende a defesa que a impugnação e arguição de nulidade permanece hígida, sendo que a presente manifestação, inclusive, dá conta de que o Ministério Público anui com a possibilidade de ocorrência de prejuízo a defesa do acusado". Pelo juiz: "autorizei o registro, mas considero que não haja decisão do juiz de primeiro grau a ser tomada em relação ao seu conteúdo".

Pois bem.

Retrocedendo um pouco ao exame dos autos, impede consignar que a documentação foi juntada aos autos em observância ao tríduo legal disposto no artigo 479 do Código Penal, não havendo, contudo, impugnação da defesa quanto ao referido ponto (fl. 259v).

Tenho sustentado entendimento no sentido de que o dispositivo do artigo 478 do Código de Processo Penal deve ser interpretado de forma hermenêutica, de modo a se conceder maior amplitude à expressão contida no referido comando legal, cuja transcrição, *ipsis literis*, é a seguinte:

Art. 478. Durante os debates as partes não poderão, sob pena de

nulidade, fazer referências:

I - à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado;

II - ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo;

Resta claro que, ao submeter à nulidade os debates que se aproveitem de argumento de autoridade, o objetivo do legislador é vedar mecanismos de inibição à livre manifestação do jurado, tendo em vista que a invocação de determinadas situações fáticas ou jurídicas pode se dar no sentido de forçar determinado convencimento, o que é aparte à presumida imparcialidade do Conselho de Sentença.

Em relação ao argumento de autoridade, especificamente, tem-se este como aquele "baseado na opinião de um especialista". A Lei veda, portanto, não a orientação do julgador leigo na sessão de instrução e julgamento - mesmo porque os autos estão à sua disposição para consulta -, mas que determinada decisão seja alvo de valoração das partes quando dos debates orais.

Assim, em que pese não expressamente disposto no inciso correspondente, é certo que a consagração do princípio, em sua forma mais ampla, passa por toda e qualquer decisão proferida pelo juiz togado que possa, efetivamente, influenciar o Conselho de Sentença.

Destarte, a título exemplificativo, não há lógica em vedar que a acusação se aproveite do uso de algemas e permitir, no mesmo íterim, que o faça em relação a demais argumentos de autoridade. Portanto, não se pode considerar taxativo o rol do artigo 478 do Código de Processo Penal, mas extensível a toda argumentação de autoridade que possa macular a imparcialidade dos senhores jurados.

Na espécie, a acusação é de que o réu teria praticado homicídio qualificado contra sua ex-companheira, com as qualificadoras do feminicídio e do emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima.

A leitura dos boletins de ocorrência e antecedentes criminais do acusado, inclusive com a leitura de decisões proferidas em medidas protetivas em desfavor do recorrente em feitos diversos, no caso, pode ser considerada como influência negativa sobre os jurados, pois se assim não o fosse não teria sido juntada e lida/avocada em sessão plenária.

No contexto, fica claro que a exploração do contido nos registros policial e judicial não influenciou decisoriamente na decisão que julgou o réu culpado, mas também é evidente que pesou no acolhimento das teses da acusação. Portanto, o prejuízo à defesa fica latente.

A preocupação da acusação estava muito além de esclarecer o crime narrado na denúncia destes autos. Pretendia, com a juntada dos antecedentes policiais, trazer elementos paralelos para estigmatizar a pessoa o acusado pelo suposto envolvimento dele em outros ilícitos.

A intenção do órgão ministerial, no caso concreto, não era trazer todas as provas a respeito do fato que estava sendo julgado, mas sim sacramentar a suposta personalidade desviada da parte acusada, sobretudo ao proceder à leitura de parte da decisão de pronúncia proferida em desfavor do acusado em processo que sequer guarda relação com o fato ventilado na peça acusatória dos presentes autos.

Em se tratando de caso cujo juízo natural é o Conselho de Sentença, deve-se ter especial zelo, mormente quanto aos elementos de que podem dispor as partes em seus debates face ao Tribunal Popular.

Ao meu juízo, a preocupação da acusação estava muito além de esclarecer o crime narrado na denúncia. Pretendia, com a postura adotado em plenário, trazer elementos paralelos para estigmatizar a pessoa o acusado pelo suposto envolvimento dele em outros ilícitos.

A respeito da referida teoria do direito penal do autor, transcrevo o ensinamento dos juristas Eugênio Raul Zaffaroni, Nilo Batista, Alejandro Alagia e Alejandro Slokar, na obra Direito Penal Brasileiro:

[...]

Voto, pois, por acolher parcialmente as arguições de nulidades aventadas pela Defesa nas razões (leitura de registros policial e judicial, bem como de decisões proferidas em expedientes criminais diversos) e declarar nulo o julgamento, determinando a remessa dos autos à origem para que seja viabilizada sua renovação, restando prejudicado, diante do contexto, o exame do restante do recurso.

Desse modo, tem-se que o Tribunal *a quo* acolheu a nulidade processual posterior à pronúncia, entendendo que o rol do art. 478, inciso I, não é taxativo e que não se mostra possível a leitura em plenário de boletins de ocorrência, decisões de outros processos e a folha de antecedentes criminais do acusado, porque tais elementos representam argumento de autoridade e têm o condão de influenciar negativamente o ânimo dos jurados em desfavor do réu.

Todavia, tal raciocínio é diametralmente oposto ao entendimento jurisprudencial manso e pacífico do STJ acerca do tema.

Isso porque, é firme o entendimento neste Superior Tribunal, no sentido de que o rol constante no art. 478, inciso I, do Código de Processo Penal é taxativo, não comportando interpretações ampliativas, sendo vedada a leitura em plenário apenas da decisão de pronúncia ou das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação e desde que essa referência seja feita com argumento de autoridade para beneficiar ou

prejudicar o réu, não havendo quaisquer óbices, portanto, a que sejam feitas menções pelo *Parquet* em plenário a boletins de ocorrência, à folha de antecedentes ou a decisões proferidas em medidas protetivas contra o acusado.

Nessa linha de raciocínio, os seguintes precedentes:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 478 DO CPP. ROL TAXATIVO. MENÇÃO DOS ANTECEDENTES CRIMINAIS DO ACUSADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DURANTE A SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. NULIDADE INEXISTENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. De acordo com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça o rol do art. 478 do CPP é taxativo.

2. Nessa linha, esta Corte Superior, também, decidiu que a referência feita pelo *Parquet* durante os debates no julgamento perante o Tribunal do Juri, dos antecedentes do réu, não se enquadra nos casos apresentados pelo art. 478, incisos I e II, do Código de Processo Penal, inexistindo óbice à sua menção por quaisquer das partes (HC n. 333.390/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta turma, julgado em 18/8/2016, DJe 5/9/2016).

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1.815.397/RS, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 01/07/2019, grifei.)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. REFERÊNCIA A DOCUMENTOS. DESENTRANHAMENTO PELO EG. TRIBUNAL A *QUO*. SUPOSTA INFLUÊNCIA NA CONVICÇÃO DOS JURADOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 478, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ROL TAXATIVO. DOCUMENTOS NÃO ELENCADOS NAS VEDAÇÕES LEGAIS. PRECEDENTES. SUMULA N. 568/STJ. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.

Esta eg. Corte Superior de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que, "[...] o rol previsto no art. 478 do Código de Processo Penal é taxativo, não comportando interpretações ampliativas" (AgRg no AREsp n. 1.260.812/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 15/6/2018). Precedentes.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1.804.273/RS, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 13/05/2019, grifei.)

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO

CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO SISTEMA RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO.

[...]

1. O artigo 478 do Código de Processo Penal estabelece restrições ao que as partes podem suscitar durante os debates em plenário, tendo esta Corte Superior de Justiça firmado o entendimento de que o rol nele previsto é taxativo.

2. Na espécie, a simples menção a outro processo a que o paciente responde também pela prática do crime de homicídio, e que consta expressamente de sua folha de antecedentes, não se enquadra nas restrições estabelecidas no artigo 478 da Lei Penal Adjetiva. Precedentes.

3. Da mesma forma, a alusão à ausência do acusado na sessão de julgamento não se encontra listada nas proibições contidas no aludido dispositivo legal, sendo certo que, consoante destacado pela magistrada singular, o Ministério Público referiu-se apenas ao fato de que não se encontrava presente na ocasião, não havendo que se falar em ofensa ao direito ao silêncio. Doutrina. Jurisprudência.

[...]

3. *Habeas corpus* não conhecido. (HC 419.818/SP, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 19/08/2019, grifei.)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ROUBO MAJORADO E HOMICÍDIOS TENTADOS. NULIDADE. LEITURA EM PLENÁRIO DAS DECISÕES QUE INDEFERIRAM OS PEDIDOS DE LIBERDADE PROVISÓRIA E DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ARGUMENTO DE AUTORIDADE. SUPOSTA INFLUÊNCIA NA CONVICÇÃO DOS JURADOS. ART. 478, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ROL TAXATIVO. DECISÕES NÃO ELENCADAS NAS VEDAÇÕES. PRECEDENTES DA QUINTA TURMA E DO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ART. 480 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. POSSIBILIDADE DE ACESSO E LEITURA DE DOCUMENTOS DURANTE A SESSÃO DE JULGAMENTO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

III - Sendo o rol do art. 478, I, do Código de Processo Penal taxativo, não há qualquer nulidade na leitura de trechos das r. decisões que indeferiram os pedidos de liberdade provisória e de revogação da prisão preventiva dos pacientes, pois são decisões não elencadas em referido dispositivo.

[...]

Habeas Corpus não conhecido. (HC 373.351/RS, relator Ministro

FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 25/09/2017, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUNDAMENTO DA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL NÃO COMBATIDO. SÚMULA N. 182 DO STJ. NULIDADES. NÃO OCORRÊNCIA. ROL DO ART. 478, I, DO CPP. TAXATIVO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

[...]

3. O rol previsto no art. 478, I, do Código de Processo Penal é taxativo, de forma que a leitura de acórdão que anulou parcialmente o julgamento do agravante não constitui nulidade. Ademais, considerando que o referido acórdão não emitiu juízo de valor capaz de interferir na decisão dos jurados, não está caracterizada a existência de prejuízo, necessária ao reconhecimento das nulidades.

4. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no AREsp 669.446/TO, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 12/12/2017, grifei.)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. MENÇÃO EM PLENÁRIO A ANTECEDENTE CRIMINAL DO RÉU. ARGUMENTO DE AUTORIDADE NÃO CONFIGURADO. NULIDADE INEXISTENTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 478, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. TESE DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 3º, 476 E 564, do Código de Processo Penal. TEMAS NÃO DEBATIDOS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULAS 282 E 356, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E NELA NÃO PROVIDO.

1. O texto do art. 478 deve ser analisado em cotejo com o art. 480, do Código de Processo Penal, que possibilita aos jurados e às partes "a qualquer momento e por intermédio do juiz presidente, pedir ao orador que indique a folha dos autos onde se encontra a peça por ele lida ou citada, facultando-se, ainda, aos jurados solicitar-lhe, pelo mesmo meio, o esclarecimento de fato por ele alegado". E o art. 480, § 3º, acrescenta que "os jurados, nesta fase do procedimento, terão acesso aos autos e aos instrumentos do crime se solicitarem ao juiz presidente." Portanto, não há ilegalidade na menção do antecedente do réu que já constava dos autos, ao qual os jurados têm amplo e irrestrito acesso, com a possibilidade de requerer esclarecimentos. Ademais, a menção de tal peça processual não foi feita como argumento de autoridade.

[...]

4. Recurso especial conhecido em parte e nela não provido. (REsp 1.407.113/SP, relator Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJe 01/09/2014, grifei.)

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ESPECIAL CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. [...] HOMICÍDIO QUALIFICADO (ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV, DO CÓDIGO PENAL). [...] INDIGITADA ILEGALIDADE DA MENÇÃO DOS ANTECEDENTES CRIMINAIS DO PACIENTE PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DURANTE A SESSÃO DE JULGAMENTO. PEÇA PROCESSUAL QUE PODE SER MENCIONADA PELAS PARTES. NULIDADE INEXISTENTE.

1. De acordo com o disposto no artigo 478 do Código de Processo Penal, as partes não podem fazer referências, durante os debates, "à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado", bem como "ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo".

2. Os antecedentes criminais do acusado não constam dos incisos I e II do artigo 478 da Lei Processual Penal, inexistindo óbice à sua menção por quaisquer das partes.

[...]

4. *Habeas corpus* não conhecido. (HC 241.971/MS, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 05/02/2014, grifei.)

No mais, uma vez que legalmente não há qualquer óbice à leitura da folha de antecedentes, boletins de ocorrência policial ou decisões de outros processos pelo MP em plenário do júri, mostra-se indiferente perquirir se a leitura de tais documentos foi feita ou não com argumento de autoridade.

Neste contexto, diante da dissonância do raciocínio jurídico do Tribunal com a jurisprudência deste Sodalício, tem incidência o enunciado 568 da Súmula deste STJ, o qual autoriza o julgamento monocrático quando o posicionamento do Tribunal de origem discrepa da jurisprudência do STJ.

Ante o exposto, com base no enunciado 568 da Súmula do STJ, **dou provimento** ao recurso especial para afastar a nulidade reconhecida pelo Tribunal de origem, determinando o retorno dos autos àquela Corte para que se dê continuidade ao julgamento

Superior Tribunal de Justiça

das demais teses constantes no recurso de apelação defensiva.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente